

Henrique Queiroga

Universidade de Aveiro

Sou Professor Associado com Agregação do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro. Os meus principais interesses de investigação relacionam-se com os padrões espaciais da biodiversidade marinha e os processos de dispersão e recrutamento de larvas de animais marinhos, incluindo a interação do comportamento das larvas com o forçamento oceanográfico e atmosférico, utilizando diversas metodologias, entre as quais técnicas moleculares e modelação numérica dos processos de dispersão dos organismos.



"Como criar uma área protegida no oceano, de modo a proteger recifes ou outros ecossistemas marinhos?"

A criação de uma área de conservação da natureza começa sempre pela identificação de uma área que contenha valores altos de diversidade de habitats ou de espécies (normalmente conhecidos como hotspots de biodiversidade), que sejam muito importantes como área de reprodução, alimentação ou abrigo para uma variedade de espécies (como é o caso, por exemplo, dos estuários e dos recifes rochosos), ou que desempenhem funções ecológicas importantes (por exemplo, pradarias marinhas, sapais e mangais, que armazenam grandes quantidades de carbono). Normalmente, esta fase é acompanhada de estudos científicos que descrevem o enquadramento biofísico, os valores ecológicos presentes na área e, ainda, as atividades humanas que aí ocorrem, e propõem medidas de conservação.

Estas medidas de conservação envolvem frequentemente uma zonação, ou seja, a delimitação de zonas que variam consoante as atividades que são permitidas. Por exemplo, nas zonas de proteção total não são permitidas atividades extrativas ou comerciais (pesca por exemplo, ou aquacultura) e por vezes mesmo a visitação é proibida. Estas zonas pretendem preservar os ecossistemas no estado mais natural possível, de modo que os processos ecológicos decorram sem interferências antrópicas. Outras zonas podem ser de proteção parcial, onde algumas atividades de muito baixo impacto podem ser permitidas, como por exemplo a visitação. Normalmente, estas zonas rodeiam as zonas de proteção total, constituindo um tampão que vai atenuando as interferências humanas.

Finalmente, poderá ainda haver zonas de mais baixa proteção, desde que não afetem negativamente os objetivos de conservação, tais como navegação de recreio ou certas atividades de pesca de baixo impacto.

A fase seguinte concretiza-se por uma negociação com os utilizadores habituais dessa área, de modo a envolvê-los no processo de conservação. Esta fase é muito importante. Por um lado, visa explicar as razões e os objetivos de conservação, e garantir que modos de vida tradicional, como por exemplo a pesca, ou certas atividades com grande valor simbólico ou cultural (como acontece com alguns povos indígenas) podem ser adaptadas, para ir de encontro às medidas de proteção de modo a que não sejam injustamente afetados pelas restrições de uso. Por outro, serve também para que os utilizadores originais percebam as vantagens que a conservação dos valores em causa pode trazer para as suas atividades. Esta fase resulta normalmente num ajuste das medidas e zonas de proteção inicialmente propostas, e podem incluir, em alguns casos, compensações financeiras ou sociais aos grupos de interesse que sejam afetados. Finalmente, esta fase visa também garantir que as autoridades responsáveis pela conservação têm os meios de monitorização e fiscalização necessários para garantir a aplicação responsável das medidas de conservação acordadas.

Finalmente, os estados ou as entidades responsáveis pela conservação da natureza publicam a lei ou acordo que regula a aplicação das medidas de conservação, momento em que a área protegida é efetivamente criada.

